

Interpretação de texto, um processo interativo

Text interpretation, an interactive process

Flávio Augusto Gomes Rosendo¹

Resumo: Este artigo se propõe a analisar a interpretação de textos com base na filosofia da linguagem, em cujos estudos se sucederam abordagens para situar o sentido de um texto ora em seu autor, ora em seu leitor, ora no próprio texto. Mister é a compreensão do processo interpretativo, pois, se há várias leituras possíveis de um texto, por outro lado, não há que se falar em leituras infinitas, porque o texto não suporta todas as leituras possíveis, já que algumas podem excedê-lo e romper sua estrutura e coesão. Alcançar o significado do texto importa em lidar com a linguagem. Interpretar o texto será, pois, o exercício de extrair sentido do conjunto de signos linguísticos ali grafados. Mas, como interpretar? Neste esforço teórico, ver-se-á a necessidade de se lidar simultaneamente com o autor, o texto e o leitor, que se interrelacionam nesse processo. O autor não dispõe de autoridade especial sobre a interpretação da obra publicada, como também não é dado ao leitor atribuir toda sorte de interpretações, uma vez que o texto não lhe pertence. A autoridade está no texto, é ele que dita as regras da interpretação. O sentido, contudo, não é dado pelo texto, é processo de atribuição de significados. Por isso, a interpretação, ou a atribuição de sentidos, é processo interativo entre autor, texto e leitor.

Palavras-chave: texto; interpretação; significado; linguagem; autor; leitor; filosofia da linguagem.

Abstract: This article has the purpose of analyzing text interpretation based on language's philosophy, in which many studies have appeared to locate the text comprehension on its author, on its reader or on it itself. It is necessary the comprehension on interpretation process because there are in fact many ways to understand a text, but the text itself does not support the readings that can break its structure and cohesion. The text comprehension implies dealing with language. Interpretation is the process of taking signified from signifiers there wrote. However, how to interpret? It is necessary to deal with author, text and reader simultaneously, which refer one to each other in the process. However, author does not have special authority of interpretation on published work and readers should not take any kind of meanings because the text is not their own. The authority belongs to the text itself. However, the meaning is not inside the text, it is a way of giving senses. Therefore, interpretation, or giving senses, is an interactive process bounding author, text and reader.

Keywords: text; interpretation; meaning; language; author; reader; language philosophy.

Recebido em 30 de junho de 2015.

Aprovado em 2 de agosto de 2015.

¹ Licenciando em Português e Alemão e suas literaturas na Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: flavioesperanto@let.grad.ufmg.br

1 Introdução

O léxico “texto” deriva do vocábulo latino “*textum, i*” (CUNHA, 1997, p. 768) e significa, etimologicamente, “entrelaçamento”, “tecido”. O atual significado desse vocábulo, como produção escrita que expressa as palavras de um autor, não se distancia substancialmente do significado primitivo, uma vez o texto não é outra coisa senão um tecido de palavras organizadas e costuradas com o propósito de constituir uma unidade de sentido por meio da qual algum conteúdo será transmitido a quem o lê.

O uso da linguagem como meio de exteriorização do mundo íntimo, afetivo ou intelectual, já importa em algum tipo de perda de conteúdo, uma vez que a experiência é sempre mais rica de significados do que sua representação por meio de signos linguísticos convencionais, os quais, por sua natureza estática e abstrata, são insuficientes para transmissão de toda a densa significação contida em uma experiência. O problema da linguagem é, pois, o problema do referente.

Para tentar superar essa barreira material, o texto literário buscará estender o uso da linguagem ao limite, com a utilização de recursos estilísticos capazes de gerar no leitor o efeito estético obstado pela frieza do vocábulo. A linguagem literária será, pois, plurissignificativa, com diversas nuances semânticas, e ênfase na conotação. Esse alargamento da linguagem é motivado quando há muito significado para pouco significante, vale dizer, quando o conteúdo a ser transmitido é grande demais para caber em um só vocábulo ou sintagma, o que torna necessário um uso especial da linguagem para desenvolver, na mente do leitor, em esforço imagético e criativo, toda a experiência que o texto literário procura transmitir.

Em sentido oposto, o uso racional da linguagem inspirou algumas correntes filosóficas a afastar a aceitação de qualquer outro significado de um vocábulo que não fosse o mais preciso possível, pois a investigação da verdade deveria suprimir tudo aquilo que pudesse ser causa de imaginação ou conotação, para se fixar no sentido próprio, restrito, patente e manifesto que um vocábulo deveria possuir, de modo a não ensejar dúvidas, apenas certezas. Dessa forma, o significado dos vocábulos deveria ser cada vez mais enxuto e objetivo, sujeito a verificações e testes de validade, sem espaços a idiosincrasias.

A esse respeito, ainda na Antiguidade Clássica, encontra-se a investigação do filósofo grego Platão (427 a.C. - 347 a.C.) sobre a relação entre a linguagem e a realidade, na busca pela apreensão do conhecimento verdadeiro. Em sua obra *Cratylus* (1921), Platão assinala que existe uma ordem objetiva das coisas e dos seres, cuja essência seria apreendida e apresentada por meio da linguagem, de forma que o significado de um nome corresponderia à essência da coisa a ele relacionada. Nesse sentido, o conhecimento da verdade estaria na apreensão da essência das coisas e essa se torna inteligível por meio da linguagem, que deveria, pois, ser a mais objetiva possível.

Posteriormente, nos Séculos XIX e XX, os problemas da linguagem ressoaram nas discussões de linguistas, filósofos, lógicos e matemáticos, para os quais a ausência de rigor na linguagem ensejava o surgimento de ambiguidades e imprecisões, que constituíam a causa de inúmeras dificuldades identificadas nas investigações filosóficas. Nomes como o do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), o do lógico alemão Gottlob Frege (1848-1925), o do filósofo galês Bertrand Russel (1872-1970), além dos participantes do grupo de estudos filosóficos conhecido por Círculo de Viena (*Wiener Kreis*, 1922-1936), se destacaram na obtenção de uma linguagem precisa, na qual o subjetivismo deveria ser evitado ao máximo na busca pela melhor análise dos objetos científicos, com metalinguagem rigorosa.

Até essa fase das investigações filosóficas, o texto era considerado uma criação que se situava entre duas realidades, o autor e o leitor, como se fosse o intermediário entre emissor e destinatário. Porém, os estudos da linguagem, as teorias da literatura e do discurso, a análise psicológica, bem como os processos hermenêuticos, passaram a sugerir uma terceira realidade, a do texto como produção autônoma.

Nessa perspectiva, o texto é entendido como uma unidade de sentido distinta da fonte de que proveio, pois, nem sempre, o autor tem consciência do que escreve e dos sentidos que impregna no texto, motivo pelo qual seu olhar sobre o texto, após sua publicação, não passa de um entre outros tantos. Da mesma forma, o leitor é um dos muitos operadores daquele mesmo texto, com o qual terá uma experiência hermenêutica própria, porém, não ao ponto de lhe atribuir todo e qualquer sentido. Nesse viés, adverte Umberto Eco:

Dizer que a interpretação (enquanto característica básica da semiótica) é potencialmente ilimitada não significa que a interpretação não tenha objeto e que ocorra por conta própria. Dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz. (ECO, 2005, p. 28).

De fato, se há várias leituras possíveis a um texto, por outro lado, não há que se falar em leituras infinitas, porque o texto não suporta todas as leituras possíveis, já que algumas podem romper sua estrutura e coesão. A interpretação é, pois, qual um diálogo entre leitor e texto. O leitor, à medida que interpreta, deve sempre retornar ao texto, a fim de verificar se sua interpretação é com ele compatível.

Neste artigo, propõe-se uma reflexão sobre o processo de interpretação com base no autor, no leitor e no texto, este considerado como uma realidade autônoma e distinta de quem o escreveu ou o lê, um universo de significados em si mesmo corporificado e cuja compreensão não pode ser apropriada e limitada por quem quer que seja, nem pelo seu autor, nem pelo seu leitor. Ao final, após a análise teórica das principais vertentes relativas à influência do autor, do leitor e do texto na obtenção de sentido, pretende-se reconhecer que todo o processo de interpretação repousa em uma interação indissociável entre esses três elementos, na qual sentidos são atribuídos na autoridade do próprio texto, cujos significados, à guisa dele próprio, passam a compor um tecido e sofrem contínua ressignificação à medida que um novo significado lhe é atribuído.

2 Os entraves da linguagem

Alcançar o significado do texto importa, antes de tudo, em lidar com a linguagem. A linguagem é um enigma que tem que ser decifrado e interpretado, principalmente na literatura, na qual seu uso é potencializado, uma vez que a literatura tenta dizer o que a palavra não consegue dizer; isto é, cuida-se de um certo modo de utilização da linguagem para expressar aquilo que a própria linguagem não conseguiu expressar em um primeiro momento por meio do significado estrito de seus vocábulos.

A esse respeito, alude-se à dicotomia estabelecida pelo linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) entre significado e significante. Para Saussure (1969, p. 19), significado é o conteúdo referencial de um signo, ou seja, a mensagem que ele transmite, ao passo que significante é o veículo que contém a mensagem, vale dizer, o gesto, palavra ou som que se utiliza na sua transmissão. Ambos compõem o signo linguístico, que é o símbolo criado para expressão de uma realidade denominada referente.

O cerne da questão literária está relacionado ao referente e ao signo linguístico, pois a literatura avança na linguagem, utilizando-a ao extremo, visto que o significante é insuficiente para transmitir todo o significado que se pretende. Destarte, torna-se necessário utilizar a flexibilidade e recursos da linguagem literária para apreensão desses significados para sua conveniente expressão no texto.

Esse postulado linguístico de Saussure foi desdobrado na semiótica do filósofo americano Charles Sanders Peirce (1839-1914), que associou aos conceitos de *significante* e *significado* à ideia de *interpretante*, que passa a integrar o próprio signo, e não se confunde com *intérprete*, que é o indivíduo em experiência hermenêutica:

Um signo ou *representamen* é algo que representa algo para alguém sob alguma relação ou a algum título. Ele se dirige a alguém, isto é, cria no espírito dessa pessoa um signo equivalente... Este signo criado, eu o chamo de *interpretante* do primeiro signo. (PEIRCE, 2006, in ARMENGAUD, 2006, p. 27).

O signo linguístico é, portanto, uma representação de algo que se passa no mundo referencial, constituído por um conteúdo e um veículo material que o exprime. Os vocábulos “neve” e “anjo” são exemplos de signos linguísticos, pois são elementos materiais que carregam um determinado conteúdo, isto é, o conceito a que se referem. A teoria do interpretante de Peirce (*apud* ARMENGAUD, 2006) propõe que o significado não está contido apenas no veículo que o transmite, isto é, o signo linguístico não encerra todo o significado, mas sugere em alguém um novo signo relativo ao primeiro, com uma nova carga de significados, frequentemente muito mais ricos do que o primeiro signo.

Nesse sentido, o vocábulo “neve” remete a uma das formas de precipitação da água, sendo essa a imagem que se forma na mente de alguém. Contudo, um indivíduo que nunca teve contato com a neve tende a considerá-la sob um único aspecto, aquele que lhe é comumente apresentado. Em contrapartida, um indivíduo que teve várias experiências com a neve ou que guarda mais informações a seu respeito pode conceber seus vários tipos, seja seca ou úmida, seja rala ou em flocos. Da mesma forma, o vocábulo “anjo” concerne a um ser espiritual, mas alguém pode imaginá-lo na forma de uma criança risonha, loira e com cabelos cacheados, na forma de um homem adulto barbudo e grave, podendo o anjo ser, ainda, do mal, da morte, da esperança ou da anunciação.

Assim, Peirce (*apud* ARMENGAUD, 2006) esclarece que o significado contido em um signo linguístico poderá ser diferente para cada um, de acordo com o nível e a quantidade de informações que alguém já possui sobre ele e que, normalmente, é muito mais rico do que o significado expresso originalmente pelo signo, porque a ele se associam outros conceitos. Essa constatação evidencia a individualidade da interpretação, pois o significado de um signo para o autor nem sempre encontra paralelo no leitor e vice-versa, podendo até mesmo ocorrer que, em razão do interpretante, que é a porção individual no conceito do signo linguístico, leitores diferentes tenham interpretações diferentes acerca de um único significado originalmente pensado pelo autor. Além disso, da mesma forma, deixa patente que o autor não terá o monopólio da interpretação do texto publicado, pois não é consciente de todo resultado interpretativo de seu público.

Com efeito, um significante leva a outro. Definir, por exemplo, uma caneta conduz ao uso de uma série de outros tantos significantes, cada qual com seu significado, e assim sucessivamente, de acordo com o cabedal de cada falante, o que revela a dificuldade de se condensar em um só signo todo o significado que se poderia pretender.

Essa característica da linguagem, sobretudo a literária, subverte a lógica do platonismo, segundo a qual a busca pela verdade e a compreensão da realidade postulam a

exatidão dos significados e sua interpretação restritiva, ao passo que a literatura expande os significados das palavras para transmitir ideias, emoções, sentimentos e realidades que não cabem na representação dos significantes. A diferença é que a literatura não representa, mas apresenta algo da realidade, enquanto a linguagem esbarra nos limites dessa representação. O real, contudo, escapa a qualquer possibilidade de representação, pois algo inevitavelmente se perde nesse processo, visto que há uma irredutibilidade insofismável em decorrência da não transparência da linguagem.

Na Grécia Antiga, acreditava-se na possibilidade de representação do mundo e de suas realidades, como também dos conceitos abstratos em si mesmos considerados, por meio das palavras. A reflexão sobre a linguagem estava sempre diluída em uma grande investigação filosófica e não havia uma discussão analítica própria voltada ao seu estudo.

Foi Platão (1921) quem deu início ao estudo da investigação da linguagem. Em *Cratylus* (1921), ele analisa a associação entre os nomes e as coisas, a fim de verificar se essa relação é natural ou convencional e como a linguagem contribui para a apreensão da verdade. Em *Fedro* (2003), desenvolve reflexões sobre a linguagem falada e a escrita. Já em *A República* (2001), discorre sobre a *pólis* perfeita e como a linguagem teria influência em sua constituição.

Os estudos de Platão (1921) tinham o propósito de identificar a relação entre a palavra e o ser referido por ela, mas seu móvel não era linguístico, e sim filosófico. O objetivo era atingir o maior nível de pureza conceitual de uma palavra, de modo a não haver confusão de significados e chegar à verdade em si. Para Platão (1921), somente através da razão seria possível chegar a essa verdade pura e absoluta, que poderia ser encontrada no plano das ideias, em razão de rigorosa abstração que burilasse qualquer imperfeição decorrente dos sentidos, das emoções, dos sentimentos ou da observação imprecisa. Em seu rigor conceitual, Platão (2001) assevera que, em uma república ideal, os poetas deveriam ser extirpados, pois não lidam com a verdade da linguagem, dos fatos e nem com a razão. Entretanto, aduzem os literatos, não é porque algo não seja verdadeiro que não possua valor, pois há um valor cultural em outra esfera que não seja a da verdade objetiva, como o valor moral, o valor religioso, o valor afetivo, os princípios, os costumes, que são expressos em mitos, contos, poesias e outros gêneros, com grande importância na exteriorização da realidade existencial humana.

Os estudos da Lógica evidenciaram que o esforço filosófico de chegar à verdade pura e absoluta esbarrava no limite imposto pela linguagem, que é imperfeita, sujeita a interpretação e constantes ressignificações, gerando, mesmo no âmbito da Filosofia, outros tantos questionamentos e sentidos equivocados, quantos verificados na literatura, na religião e no Direito, embora com técnicas diferentes. Desde então, a Filosofia deixou de ser a busca por verdades insuperáveis para se tornar a busca por respostas inspiradas por enigmas e desafios do mundo sensível.

Interpretar o texto será, pois, o exercício de extrair sentido do conjunto de signos linguísticos ali grafados. Como os significantes são deficientes na sua tarefa de encerrar significados, caberá ao leitor essa operação. Significado é, destarte, o sentido que se extrai do texto, em decorrência de uma leitura, haja vista que o texto em si não gera esse significado, dada a precariedade dos significantes e o inevitável desnível entre a realidade e a representação. No esteio desse entendimento, a compreensão do texto literário não pode ser fechada, pois sempre é possível lhe acrescer algum novo significado.

Mas, como interpretar? Se o texto pode ter sentidos metafóricos, linguagem conotativa, elementos do imaginário, disposição espacial e temporal, personagens, enredo e narrativa, como se chegar à sua compreensão?

3 A vontade ou a intenção do autor questionadas

Platão (1921) tentou remontar à gênese do nome, associando Hermes à interpretação e à transmissão de mensagens, todas as atividades ligadas ao poder da fala (*eirein*).

Hermes era um dos deuses do Olimpo, filho de Zeus, considerado o mensageiro dos deuses, isto é, o intermediário dos deuses para trazer aos homens o conhecimento das determinações e vontades divinas. Porém, seria Hermes um bom intérprete? Teria ele boas condições de traduzir aos homens a linguagem dos deuses? Soube ele transmitir as mensagens de que era portador com perfeição, isenção ou lhes acrescentou algum traço pessoal? Hermes poderia ter feito mal uso de sua condição e procurado enganar os deuses do Olimpo, assim como o fizera Hades, seu tio? É sabido que os deuses gregos não eram modelos de perfeição ou virtudes, mas, ao contrário, partilhavam de muitas das fraquezas e dos vícios humanos. Essa característica deixava os humanos vulneráveis, pois deviam admitir a presunção de veracidade das palavras do intérprete.

A reconstituição da intenção do autor como determinante para a compreensão do sentido de um texto tem por base a interpretação lógico-gramatical, na qual se busca identificar o sentido semântico e sintático das palavras usadas pelo autor, pois revelariam sua intenção. O problema é que o próprio texto não é capaz de se autoexplicar, principalmente quando se trata do texto literário, no qual as palavras não têm, amiúde, sentido denotativo. Destarte, um outro método se fazia necessário para remontar às origens do pensamento autoral.

Com esse propósito, o filósofo e teólogo alemão Friedrich Schleiermacher (1768-1834) se propôs a desenvolver uma técnica de interpretação universal à cópia das ciências naturais, algo que permitisse a qualquer intérprete, de qualquer momento, o acesso direto à vontade do autor (GRONDIN, 1999).² Para tanto, pretendeu estabelecer uma metodologia que entrasse na mente do autor, através de um esforço psicológico, a fim de tornar compreensível o texto. Porém, Schleiermacher percebeu a dificuldade da tentativa, principalmente, quando o autor já era falecido, e lançou a chamada interpretação adivinhatória, na qual se suporia a vontade do autor. Sabia-se que isso seria difícil, especialmente quando não havia nenhum outro registro do autor, com base no qual sua vontade expressa no texto pudesse ser reconstituída. Essas cogitações reforçam a importância de se ter no texto a autoridade para conduzir a interpretação a despeito de seu autor.

4 A experiência do leitor

O advento do denominado giro linguístico revolucionou tudo o que a humanidade pensava sobre a linguagem, fazendo com que a vontade do autor se tornasse ultrapassada.

Ludwig Wittgenstein, em sua obra *Tratado Lógico-Filosófico* (1921), assevera que grande parte dos problemas encontrados na investigação filosófica resulta do imperfeito uso da linguagem e, por isso, trabalhou para criar uma linguagem tão perfeita que impedisse a

² Gadamer, em *Verdade e Método*, criticará veementemente a posição assumida por Schleiermacher, demonstrando que a obra não é propriedade de seu criador, mas seu sentido somente aparece para o mundo no momento em que se tem uma construção coletiva, fruto de um diálogo entre intérprete e autor sobre a obra.

ambiguidade de sentidos, na qual cada palavra traduziria uma ideia e essa ideia seria a verdade.

Contudo, não o conseguiu, pois a linguagem perfeita não existe, à medida que traduz a própria complexidade e dúvidas humanas. Em um segundo momento, Wittgenstein (1921) volta ao campo filosófico com sua nova tese dos jogos de linguagem, uma prática social que dota de sentido as coisas, ou seja, as coisas não têm significado próprio, o significado de um signo decorre do uso de um grupo de falantes e grupos diferentes atribuirão significados diferentes. A essa compreensão se denomina linguístico pragmático³. A linguagem é um elemento de fixação do sentido da própria prática e com isso esta cria e dissemina sua lógica interna. Assim, cada significante mudará de significado em cada prática, em cada universo em que for inserido. Isto é, os significantes terão seus significados mudados no interior de cada prática comunicativa.

É preciso, pois, buscar o sentido da palavra e depois ver se a estrutura da frase admite aquele sentido, pois a palavra pode ser polissêmica, possuir sentido ambíguo ou vago. É sempre um movimento de vai e vem, da palavra para a frase e da frase para a palavra. O significado é associativo, de uma palavra à outra, em um sentido suplementar, porque o significado é sempre acrescido, ressinificando toda a frase. Nesse sentido, aduz a semanticista Márcia Cançado:

A compreensão do significado envolve o conhecimento semântico e o conhecimento pragmático. O conhecimento semântico lida com os aspectos da interpretação que permanecem constantes quando uma palavra ou sentença é proferida, ou seja, limita-se ao sistema linguístico. O conhecimento pragmático, por sua vez, tem relação com os usos situados da língua e considera, para tanto, os efeitos intencionais do discurso. (CANÇADO, 2012, p. 161).

Com efeito, o significado de um enunciado também depende do contexto da enunciação, no ato da fala, e não apenas das condições de verdade de uma sentença, consoante a apreciação feita do ponto de vista semântico.

Noutro norte, o filósofo alemão Martin Heidegger (1889-1976), em sua obra *Ser e Tempo* (1927), desenvolveu o giro linguístico com fincas no conceito do *Dasein*, vale dizer, a condição do sujeito imerso em um contexto histórico-linguístico, que molda e fornece um horizonte de sentido (elemento, simultaneamente, limitador e condicionador de possibilidade da sua visão). É a condição limitadora e possibilitadora do conhecimento do ser, que só adquire suas características com base em sua situação histórica, portanto, há algo sobre o que ele não tem controle. Desde a educação familiar, o indivíduo já recebe instrução moral, conceitos diversos, desenvolve jogos de linguagem, enfim, o indivíduo apreende um conjunto de informações e conhecimentos que não receberia se estivesse em outro conceito histórico. Assim, o conhecimento humano é limitado ao momento histórico, que não pode ser transcendido, de modo que toda interpretação que alguém faz é vinculada ao seu momento histórico.

Jonathan Culler corrobora essa percepção de Heidegger nos seguintes termos:

³ “Qual o significado de uma palavra?, pergunta-se, então, Wittgenstein. Essa pergunta, diria ele, é mal formulada, uma vez que sugere uma única e definitiva resposta; na realidade há várias respostas a ela, sendo que cada uma tomará como apoio uma situação determinada de emprego das palavras, isto é, aquilo que Wittgenstein denomina um ‘jogo de linguagem’.” (MORENO, 2000, p. 55)

O sentido de uma obra não é o que o escritor tinha em mente em algum momento durante a composição da obra, ou o que o escritor pensa que a obra significa depois de terminada, mas, ao contrário, o que ele ou ela conseguiu corporificar na obra. [...] Restringir o sentido de uma obra ao que um autor poderia ter tencionado permanece uma estratégia crítica possível, mas geralmente nos dias de hoje esse sentido está amarrado não a uma intenção interior, mas à análise das circunstâncias pessoais ou históricas do autor: que tipo de ato esse autor estava realizando, dada a situação do momento? Essa estratégia denigre respostas posteriores à obra, sugerindo que a obra responde a preocupações de seu momento de criação e apenas incidentalmente às preocupações de leitores subsequentes. (CULLER, 1999, p. 69).

O filósofo alemão Hans-Georg Gadamer (1900-2002) contestou todos os trabalhos da hermenêutica clássica e asseverou que a hermenêutica não é um método, nem um caminho que conduzirá à verdade, pois nenhum método conduz à verdade no que se refere às ciências humanas. Posto isso, o raciocínio deve ser mais abstrato, motivo pelo qual resgata a ideia grega de *diálogo*, de Sócrates (*apud* PLATÃO, 2001), ou seja, através de uma disputa interpretativa, é possível acolher um bom argumento ou descartar um argumento falacioso.

O supracitado filósofo salienta, ainda, que cada um é dotado de preconceitos e pré-compreensões, ou seja, o tempo todo o ser cria e sente expectativas e isso afeta seu mundo interior, o que o leva à formulação de novas perguntas e à busca de novas respostas. Esse movimento conduz a novas interpretações que se estendem da capa para o sumário, para a orelha, para o primeiro capítulo e assim indefinidamente, criando uma *filia* com a obra, porque o assunto é atraente; ou uma resistência, se não o for. Por consequência, deve haver uma fusão de horizontes entre o leitor e o autor, da qual advirá a interpretação. É nesse sentido a lição de Richard Palmer:

Na medida em que cada intérprete se situa num novo horizonte, o evento que se traduz linguisticamente na experiência hermenêutica é algo novo que aparece, algo que não existia antes. Neste evento, fundado na linguisticidade e tornado possível pelo encontro dialético com o sentido do texto transmitido, encontra a experiência hermenêutica a sua total realização. (PALMER, 1997, p. 211).

Se o leitor não interagir com o texto, dele nada absorverá, logo, não interpretará nada. Assim, a hermenêutica é a condição para conhecer qualquer coisa, não um método para que se entenda algo, pois não há separação de compreensão e interpretação.

O semiólogo e filósofo francês Roland Barthes enaltece a figura do leitor no processo interpretativo, sobretudo, em relação à corrente literária que consagrava a autoridade do autor:

[...] um texto é feito de escrituras múltiplas, oriundas de várias culturas e que entram umas com as outras em diálogo, em paródia, em contestação: mas há um lugar onde essa multiplicidade se reúne, e esse lugar não é o autor, como se disse até o presente, é o leitor: o leitor é o espaço mesmo onde se inscrevem, sem que nenhuma se perca, todas as citações de que é feita uma escritura: a unidade do texto não está em sua origem, mas no seu destino, mas esse destino não pode mais ser pessoal: o leitor é um homem sem história, sem biografia, sem psicologia: ele é apenas esse *alguém* que mantém reunidos em um único campo todos os traços de que é construído o escrito. [...] para devolver à escritura o seu futuro, é preciso inverter o mito: o nascimento do leitor deve pagar-se com a morte do Autor. (BARTHES, 1988, p. 70).

Não obstante, percebeu-se que a multiplicidade das inúmeras interpretações possíveis poderia eventualmente comprometer a estrutura da obra, pois o texto não admite todo e

qualquer tipo de interpretação. Com efeito, o leitor também não pode deter toda a autoridade sobre a interpretação, uma vez que não é o dono do texto. Roland Barthes assim esclarece:

Quero dizer com isso que o leitor é o sujeito inteiro, que o campo da leitura é a subjetividade absoluta (no sentido materialista que essa velha palavra idealista pode ter doravante): toda leitura procede de um sujeito e desse sujeito se separa apenas por mediações raras e tênues, o aprendizado das letras, alguns protocolos retóricos, para além dos quais é o sujeito que depressa se encontra na sua estrutura própria, individual: ou desejante ou perversa, ou paranoica, ou imaginária, ou neurótica – e, bem entendido, também em sua estrutura histórica: alienado pela ideologia, por rotinas de códigos. (BARTHES, 1988, p. 51).

Não se pode, pois, considerar a interpretação apenas como um ato de vontade do intérprete, haja vista que a obra não lhe pertence, ele não é senão um dos muitos operadores daquele texto, com o qual poderá desenvolver uma relação direta e própria, porém, não idiossincrática o suficiente para desconsiderar seu pertencimento ao amplo universo dos leitores daquele momento, diacronicamente dispersos.

5 A autoridade do texto

A vontade do autor perde o sentido quando a obra é publicada. O sentido que o leitor dará ao texto pode ser diferente da interpretação que o autor lhe dá. A refilmagem ou a montagem de uma peça teatral serão necessariamente diferentes do original, porque nisso são introduzidos os valores e conceitos do produtor. Assim, o intérprete ajuda a complementar o texto, pois lhe adiciona conteúdo. Gadamer (2001) assevera que esse mecanismo não implica relativismo, porque sua argumentação se apoia na Teoria dos efeitos, segundo a qual uma linha de interpretação coincidente e coerente é traçada pelos inúmeros intérpretes dessa obra, que dirá ao novo intérprete se sua interpretação está correta ou não. Isso é chamado de *tradição*, o que vinculará o conceito de verdade desse texto; a tradição sobre um determinado texto conformará o sistema de correção do próprio texto. Ou seja, trata-se de um processo de socialização do conceito de verdade, algo histórico, sendo o autor apenas um intérprete, sem nenhum direito especial à interpretação de sua obra. Assim se expressou Gadamer:

A tradição é essencialmente conservação e como tal sempre está atuante nas mudanças históricas. Mas a conservação é um ato da razão, e se caracteriza por não atrair a atenção sobre si. Diante disso, a propriedade da tradição é um reconhecer a si mesmo, que se dá como um acontecer da tradição e essa experiência produz uma transformação a qual se dá espontânea e imperceptivelmente. (GADAMER, 2001, p. 371).

Cria-se, pois, uma teia de interpretação em direção ao que se poderia denominar “melhor interpretação”, conforme esta se consolida em determinado sentido. Isso não significa, contudo, que haja um engessamento desse sentido, pois é possível que, diante de uma nova interpretação, que atribua um novo sentido ao texto e que ganhe acolhimento no público, se desenvolva uma nova corrente, criando uma nova tradição.

No esteio dessas discussões, Umberto Eco assim leciona:

Poderíamos objetar que a única alternativa a uma teoria radical da interpretação voltada para o leitor é aquela celebrada pelos que dizem que a única interpretação

válida tem por objetivo descobrir a intenção original do autor. Em alguns dos meus escritos recentes, sugeri que entre a intenção do autor (muito difícil de descobrir e frequentemente irrelevante para a interpretação de um texto) e a intenção do intérprete que (para citar Richard Rorty) simplesmente “desbasta o texto até chegar a uma forma que sirva a seu propósito” existe uma terceira possibilidade. Existe a *intenção do texto*. (ECO, 2005, p. 29).

Na mesma direção, Jonathan Culler enfatiza:

O sentido de uma obra não é o que o autor tinha em mente em algum momento, tampouco é simplesmente uma propriedade do texto ou a experiência de um leitor. O sentido é uma noção inescapável, porque não é algo simples ou simplesmente determinado. É simultaneamente uma experiência de um sujeito e uma propriedade de um texto. É tanto aquilo que compreendemos como o que, no texto, tentamos compreender. Discussões sobre o sentido são sempre possíveis e, sendo assim, o sentido é impreciso, está sempre a ser decidido, sujeito a decisões que nunca são irrevogáveis. (CULLER, 1999, p. 69).

Vê-se, portanto, que cada nova interpretação resinifica todo o contexto dos sentidos já atribuídos ao texto, de modo a confirmar, modificar ou negar os sentidos havidos, como também para criar um sentido inédito.

Conclusão

A compreensão do texto constitui poderoso agulhão para fazer avançar a teoria da literatura e, nesse sentido, sucederam-se estudos baseados no autor, no texto e no leitor, bem como na influência que exerciam na análise de uma obra.

Em determinado momento, a teoria da literatura buscou compreender o texto com suporte na intenção do seu autor ao escrevê-lo, para, então, inferir os elementos subjetivos que esclarecessem o seu real significado. A vontade do autor constituiria a melhor interpretação de sua própria obra e, nesse sentido, era necessário retornar à fonte para reconstruir seus pensamentos, direta ou indiretamente, e chegar ao significado encerrado em seu texto.

Noutro passo, valorizou-se a importância do leitor como destinatário do texto e as suas inúmeras interpretações revelariam a riqueza da obra literária.

Com o avanço da teoria, a vontade do autor e o subjetivismo do leitor cederam importância à intenção contida no próprio texto, que seria revelada por meio de seus elementos constituintes. Em razão das armadilhas contidas na linguagem, o próprio autor poderia transmitir uma ideia diferente daquela por ele inicialmente pensada, o que tornava o texto independente de sua fonte. Por outro lado, há várias leituras possíveis a um texto, mas não há que se falar em leituras infinitas, porque o texto não suporta todas as leituras possíveis, já que algumas podem exceder o próprio texto e romper sua estrutura e coesão, o que tornou mister disciplinar, de alguma forma, as interpretações dadas pelo leitor.

Destarte, avançou a teoria literária na compreensão de que a autoridade está no próprio texto, como objeto distinto de quem o escreveu ou o lê. O texto, contudo, encerra o simbolismo, mas não o sentido; o sentido lhe deve ser atribuído por alguém.

A literatura é, portanto, vista como uma relação com o texto e o gradual aprimoramento de sua percepção, o que não implica, contudo, uma posição estanque, pois é

necessário compreender a interrelação presente entre autor, texto e leitor na apreensão do fenômeno literário.

Conclui-se, portanto, que a interpretação é um processo interativo que une autor, texto e leitor, sendo, pois, preciso lidar, simultaneamente, com a importância e influência dessa tríade. Os três estão ligados essencialmente. O autor escreve porque tem algo a dizer a alguém, o leitor lê porque tem algo que quer conhecer e o texto é o meio simbólico que os une, que conduz a investigação, norteia a interpretação, de modo que os múltiplos sentidos que dele possam ser extraídos não poderão escapar de seus contornos, de modo que não haja quebra de sua estrutura.

Referências

- ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- BARTHES, R. *O Rumor da língua*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- CANÇADO, M. *Manual de Semântica: noções básicas e exercícios*. São Paulo: Contexto, 2012.
- COMPAGNON, A. *O demônio da teoria: literatura e senso comum*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- CULLER, J. *Teoria literária; uma introdução*. São Paulo: Beca, 1999.
- CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico Nova Fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
- ECO, U. *Interpretação e superinterpretação*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- GADAMER, H.-G. *Verdade e método: fundamentos de uma hermenêutica filosófica*. Petrópolis: Vozes, 2001.
- GRONDIN, J. *Introdução à hermenêutica filosófica*. São Leopoldo: Unisinos, 1999. [Coleção Focus].
- HEIDEGGER, M. *Ser e tempo*. São Paulo: Vozes, 2012.
- MORENO, A. R., *Wittgenstein: os labirintos da linguagem* Ensaio Introdutório. São Paulo: Moderna, 2000. [Coleção Logos].
- PALMER, R. *Hermenêutica*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- PIERCE, C. S. *Écrits sur le signe*. Paris: Le Seuil, 1978 *apud* ARMENGAUD, F. *A Pragmática*. São Paulo: Parábola, 2006.
- PLATÃO. *A República*. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- _____. *Cratylus*. London: Harvard University Press, William Heinemann, 1921.
- _____. *Fedro*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo: Cultrix; USP, 1969.
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Nacional, 1968.